

Já é hora de medidas de defesa da economia

Herbert Levy *

Sempre conduzi críticas e comentários à política econômica de modo construtivo, procurando induzir o governo a tomar as medidas aconselháveis que mitigassem os efeitos da política deflacionária de defesa do real.

Agora desejo registrar algumas opiniões de peso que vêm ao encontro das advertências aqui feitas desde mais de um ano.

A uma importante revista de circulação nacional, o professor Rogério Werneck, da PUC, que acrescenta à sua autoridade um doutorado pela Universidade de Harvard e que em 1994, como eu, votou entusiasmado na candidatura de Fernando Henrique Cardoso, fez, entre outras, estas declarações: "O problema é que o governo Fernando Henrique andou para trás, com o péssimo desempenho fiscal do ano passado. Em 1995, não apenas deixou de fazer o ajuste em suas contas como deu um largo passo no sentido oposto. Atenção para as cifras: o setor público como um todo passou de uma posição superavitária da ordem de 1,4% do PIB em 1994 para uma posição deficitária de quase 5% em 1995. Uma deterioração da ordem de 6,3% do PIB não é brincadeira."

"O governo gastou a mais cerca de 40 bilhões de reais. Dinheiro que não acaba mais. Uma deterioração dessa ordem, num quadro como o de 1995, em que houve um crescimento extraordinário de

receita tributária em todos os níveis, só tem uma explicação - houve uma festa de gastos nos três níveis de governo, o federal, o estadual e o municipal.

"O governo tem três explicações, e todas elas merecem reticências. A

primeira, que boa parte dessa deterioração tem de ser atribuída ao aumento do custo da dívida do governo, por causa de juros altos.

O governo, grande devedor, é a maior vítima de sua política de juros

"Como maior devedor, o governo é a maior vítima de sua política de juros. É verdade, mas quando se fazem as contas corretamente, só 25% desses 40 bilhões podem ser atribuídos aos juros. O resto, 75%, é descontrole de despesa. Para isso, há a segunda explicação, responsabilizando estados e municípios, que gastam mais do que têm. De novo, meia verdade. Fazendo-se as contas, mais da metade daqueles gastos saiu mesmo do governo federal." Acrescentou o professor Werneck: "As concessionárias estaduais de energia elétrica, muitas delas pelo menos, não pagam há anos a eletricidade que recebem das geradoras federais, o que é uma fonte de recursos inesgotável para financiar qualquer gasto. O governo de São Paulo mesmo continua sem pagar à Eletrobrás e só no governo Mario Covas acumulou com esse calote mais de 2 bilhões de reais em atrasados. Isso lhe permitiu no ano passado, estando virtualmente quebrado, dar um aumento de 35% ao funcionalismo estadual. A festa continua e por ela não se pode culpar o Congresso".

Cito, agora, críticas de autoridades internacionais que reforçam singulamente as minhas advertências. Em assembléia anual que acaba de ser realizada em Buenos Aires, o BID, Banco Interamericano de Desenvolvimento, deixou no

ar uma advertência de que novas crises tipo México podem ocorrer em países da América Latina. O presidente Enrique Iglesias, a um auditório de financeiros e investidores

dos mais poderosos do mundo, entre os quais George Soros, fez uma série de advertências, entre as quais destaco: "Pouca ou, se possível, nenhuma dependência de investimentos e empréstimos estrangeiros de curto prazo".

Aí está uma expressiva



condenação ao "dinheiro quente", como há tanto tempo tenho advertido, sem conseguir sensibilizar a equipe econômica, que continua a admiti-lo.

O vice-presidente do Citicorp, William Rhodes, foi ainda mais incisivo, dizendo que esses tipos de investimentos "em alguns países da América Latina estão alcançando níveis perigosos. Para ele, o problema começa a preocupar os mercados internacionais".

É inadmissível, portanto,

que deixemos os flancos abertos para a ocorrência de crises de veras graves. Continuará o governo a fazer ouvidos de mercador ante essas sérias e autorizadas advertências? O governo de Fernando Henrique, que dá ao Brasil preciosa autoridade moral, está sendo responsável, no plano prático, por uma intransigência imperdoável em não mitigar decididamente os efeitos da política deflacionária inspirada no FMI, que adotou para defesa do real.

Os juros altos, que estão enterrando o próprio governo, cuja dívida interna cresce descontroladamente, o apoio ao dinheiro quente, que, quando re-

patriado, vai abrir um buraco muito sério em nossas finanças, a política cambial, que apóia importações e estimula déficit na balança comercial e, em parte, responsável pela crise rural generalizada, entre outros aspectos que não citarei para não me alongar excessivamente, apontam para uma obstinação imperdoável do presidente e da equipe econômica, que, por realismo e bom senso, deveriam tomar as medidas necessárias para neutralizarmos efeitos tão negativos que atingem a economia e as finanças do Brasil.

* Presidente do conselho de administração da Gazeta Mercantil.